



II *Sustentare* – Seminário de Sustentabilidade da PUC-Campinas
V WIPIS – Workshop Internacional de Pesquisa em Indicadores de Sustentabilidade
17 a 19 de novembro de 2020

CARACTERÍSTICAS DA CIDADE DE CAMPINAS EM RELAÇÃO A SEU DESEMPENHO ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTAL.

Fábio Luiz Papaiz Gonçalves, fabiopapaiz@gmail.com, PUC-Campinas

Resumo

Este trabalho trata de características das cidades, suas relações econômicas e sociais, suas funções e relações, e como se desenvolveram e cresceram com a industrialização e urbanização. As cidades cresceram muito nas últimas décadas, se desenvolveram e a participação da população sempre foi muito importante para que elas melhorassem, apesar das decisões serem tomadas pelas classes dominantes. A cidade de Campinas é considerada uma das mais modernas do país, sendo uma das mais industrializadas, com bons índices sociais e desenvolvida economicamente. As políticas públicas são importantes para as cidades para que estas se desenvolvam e ofereçam melhores condições de vida para sua população e, no caso de Campinas, algumas políticas, como a de construção de universidades, de investimentos em tecnologia e de proteção ao meio ambiente fazem a cidade se tornar melhor. É cada vez mais importante que as cidades sejam sustentáveis, pois, muitas empresas e governos deterioram o meio ambiente e não oferecem condições básicas de vida para a população. O problema de pesquisa deste trabalho é: Como a cidade de Campinas se situa em relação às áreas econômica, social e ambiental? O objetivo do trabalho é analisar como uma cidade, neste caso Campinas, no interior de São Paulo, se mostra em relação à sustentabilidade e suas dimensões. A partir de dados de sites sobre a cidade, como o da prefeitura da cidade e do IBGE, analisa-se informações sobre Campinas para se concluir se a cidade é sustentável em suas dimensões econômica, social e ambiental. Utiliza-se a pesquisa documental nesse trabalho. Os resultados mostram que a cidade destaca-se nas dimensões citadas, principalmente quando comparada a outros municípios brasileiros.

Palavras-chave: cidades, sustentabilidade, políticas públicas.

1. Introdução

No decorrer dos séculos, as cidades foram tendo suas funções alteradas pelas características das épocas por que passaram. Quando se analisa o histórico das cidades, percebe-se que em cada século ou Idade, essas possuíam determinadas características que foram mudando com o tempo. Atualmente, as questões urbanas estão cada vez mais importantes, pois o número de pessoas que vive em cidades é muito superior do que o de pessoas que vivem no campo, de maneira geral, na grande maioria dos países, inclusive no Brasil.



II *Sustentare* – Seminário de Sustentabilidade da PUC-Campinas
V WIPIS – Workshop Internacional de Pesquisa em Indicadores de Sustentabilidade
17 a 19 de novembro de 2020

No Brasil, 84% da população vive em cidades e esta população causa muitos impactos ambientais, gasta muita energia e produz lixo, que, muitas vezes, não possui um fim correto e causa vários problemas para a humanidade (BRUNA; PHILIPPI, 2016). O planejamento das cidades é voltado para o mercado nos últimos tempos, se ajustando aos interesses do capital e aos interesses privados, com uma diminuição do Estado no planejamento urbano (SOUZA, s.d.).

As cidades cresceram de tal maneira que várias acabaram se juntando em um único território sem divisões; as concentrações urbanas e a densidade demográfica são muito altas (LEFEBVRE, 2001). Um crescimento econômico ilimitado, como dos últimos anos, não é mais possível, pois o meio ambiente está sendo destruído. Logo, políticas públicas devem controlar o desperdício de recursos e apoiar padrões de desenvolvimento sustentável para a população e o país (BRUNA; PHILIPPI, 2016).

Uma cidade deve possuir sustentabilidade econômica, social e ambiental e não buscar somente desenvolvimento econômico, como tem acontecido nos últimos anos. Deve haver construções sustentáveis, incentivo ao transporte coletivo e não ao particular, maior uso de fontes renováveis de energia, aumento da infraestrutura urbana e mais qualidade de vida para a população (SOUZA; ALBINO, 2018).

A alta desigualdade social do Brasil faz com que a população não consiga construir uma cidade e uma sociedade mais justas (OLIVEIRA, 1997). Portanto, devido aos problemas e características das cidades de hoje, tem-se o problema dessa pesquisa como: Como a cidade de Campinas pode ser analisada em termos de seu desenvolvimento econômico, social e ambiental?

O objetivo desta pesquisa é de verificar como está a situação de Campinas em relação ao seu desenvolvimento econômico e social e também verificar características de seu desenvolvimento e preservação ambiental. Essa pesquisa se justifica porque as questões econômicas, sociais e ambientais citadas acima são muito importantes para qualquer cidade. Hoje em dia, não se pode mais pensar no desenvolvimento do mundo sem se pensar, além do crescimento econômico, nas questões sociais (saúde, educação, alimentos, empregos e outros) e ambientais,



II *Sustentare* – Seminário de Sustentabilidade da PUC-Campinas
V WIPIS – Workshop Internacional de Pesquisa em Indicadores de Sustentabilidade
17 a 19 de novembro de 2020

que, se não forem resolvidas logo, levarão o mundo a seu fim, não sendo possível a sobrevivência do homem em um futuro próximo.

2. Fundamentação teórica

2.1 Breve resumo sobre evolução das cidades

A industrialização causa muitas transformações na sociedade, porém, muitas das criações urbanas mais importantes aconteceram antes da era industrial. De uma forma breve, nos séculos anteriores da Antiguidade, as cidades orientais e arcaicas eram voltadas para a política (também possuíam outras funções, como o comércio e o encontro de seus cidadãos, mas a política era sua função principal). Já as cidades medievais foram principalmente comerciais, envolvendo artesanato, bancos e sendo o lugar onde os mercadores se encontravam para vender seus produtos; as decisões políticas continuavam nesses locais, mas o comércio teve predominância nessa época (LEFEBVRE, 2001).

Atualmente, as questões urbanas estão relacionadas com uma população que vive cada vez mais em cidades. No Brasil, segundo o IBGE, em 2010, 84% das pessoas vivem em cidades e 16% no campo. A construção das cidades causa mais impactos aos recursos naturais, como falta de água, geração de resíduos que devem ser reciclados, grande necessidade de energia (as cidades deveriam buscar energias renováveis vindas do sol, ventos e outras fontes), poluição e desmatamento. Sabe-se que o desenvolvimento econômico que vem com muitos custos ambientais não é mais suportado pela população e pelos países (BRUNA; PHILIPPI, 2016).

Para o desenvolvimento das cidades, as indústrias se aproximam de seus centros e as concentrações de pessoas acompanham as de capital; as pessoas passam a habitar ou a passar boa parte de seus tempos nesses espaços onde as indústrias se implantam. Muitas vezes, as indústrias acabam criando seus próprios centros urbanos, tomam posse de antigas cidades, de suas redes, rompem seus antigos centros; elas são grandes e capazes de gerar renda e dinheiro para a população e atraem um grande número de pessoas para suas regiões, desenvolvendo economicamente a área e criando novos negócios e infraestrutura em regiões antes vazias (LEFEBVRE, 2001).



II *Sustentare* – Seminário de Sustentabilidade da PUC-Campinas
V WIPIS – Workshop Internacional de Pesquisa em Indicadores de Sustentabilidade
17 a 19 de novembro de 2020

Quando se pensa no planejamento das cidades, este é voltado para o mercado nas últimas décadas, acaba com o espírito regulatório do planejamento urbano e se ajusta aos interesses do capital. A responsabilidade administrativa e social é derrotada pelos interesses privados, fazendo com que os interesses dos mais fortes sempre prevaleçam. Está havendo uma desregulamentação e diminuição do Estado no planejamento urbano e o uso de parcerias público-privadas, sendo que, nessas, os maiores benefícios acabam ficando com a iniciativa privada (SOUZA, s.d.).

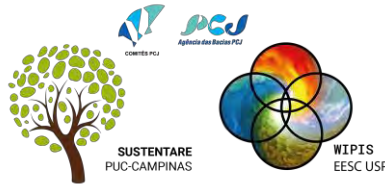
2.2 Características das cidades e questões atuais

Durante as décadas de 50 e 60, o termo desenvolvimento era o mesmo que crescimento econômico e grande industrialização; esta industrialização tiraria os países subdesenvolvidos de suas condições ruins e não se pensava nos danos ambientais que eram causados. A vulnerabilidade dos ecossistemas começou a ser percebida pelos países desenvolvidos, com a contaminação de rios e mares e danos a recursos ambientais (FOGLIATTI et al., 2004).

O crescimento econômico ilimitado não é mais possível, pois este depende dos recursos ambientais das cidades, que são limitados e consumidos a uma taxa além de suas capacidades. Políticas públicas devem ser criadas para controlarem o desperdício de recursos que a população causa, utilizando tecnologias, mão de obra de comunidades mais pobres, inclusão social, padrões de desenvolvimento sustentável e benefícios socioeconômicos e ambientais (BRUNA; PHILIPPI, 2016).

As políticas públicas têm o objetivo de analisar o governo de diferentes países em suas questões públicas e em suas ações para a população. Nessas políticas, o bem estar de todos deve ser sempre superior à da soma das partes e as instituições e os povos devem ter suas necessidades ouvidas; elas buscam fazer com que os governos ajam, analisem suas ações e proponham mudanças para que os países tenham melhores desempenhos e façam suas populações se desenvolverem (SOUZA, 2006).

O governo deve fornecer saneamento básico e combater a pobreza e a marginalidade das pessoas, fazendo com que os setores desfavorecidos sejam integrados à sociedade. A Constituição defende um meio ambiente equilibrado, protegendo-o da poluição e de várias maneiras



II *Sustentare* – Seminário de Sustentabilidade da PUC-Campinas
V WIPIS – Workshop Internacional de Pesquisa em Indicadores de Sustentabilidade
17 a 19 de novembro de 2020

de degradação. As políticas públicas devem diminuir a desigualdade social, fazendo com que a população de baixa renda tenha ascensão, pois a urbanização causa o aumento do custo de vida. Essas políticas devem interferir nessas situações e estimular a participação das comunidades e a proteção ambiental (BRUNA; PHILIPPI, 2016).

O Ministério das Cidades faz o planejamento urbano e cuida da acessibilidade e prevenção de riscos nas cidades; recupera imóveis subutilizados nos centros das cidades para dar maior acessibilidade a esses espaços (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2014). Os objetivos são apoiar relações econômicas, sociais e ambientais nas cidades e na zona rural, aumentar o número de cidades com políticas de inclusão, eficiência dos recursos, desenvolver e implementar o gerenciamento do risco de desastres e fornecer assistência para construções sustentáveis e resilientes (OLIVEIRA, 2018).

Outro tópico que deve ser discutido sobre cidades é o urbanismo sustentável, que prioriza o pedestre, o transporte público e um uso racional de recursos energéticos, utilizando-se combustíveis biológicos e fontes alternativas de energia, como a eólica e a solar. O país precisa de políticas públicas que incentivem políticas energéticas e novos modelos de cidades que busquem a sustentabilidade (BRUNA; PHILIPPI, 2016).

As grandes cidades possuem muitos contrastes sociais e a hegemonia do mercado não faz com que o Estado deixe de atuar, investir e normatizar. No ambiente empresarial, as alianças são criadas pelos interesses dos empresários em definir a agenda pública e estes buscam o favorecimento de seus interesses e a geração de crescimento econômico, pois afirmam que isso traz benefícios para todos, como a criação de empregos e maior circulação de dinheiro. Então, o planejamento público e as regras gerais de uso do solo e de organização espacial acabam não sendo respeitadas, sendo somente levados a sério os interesses do capital imobiliário (SOUZA, s.d.).

2.3 Cidade sustentável

Uma cidade sustentável deve ter os três pilares da sustentabilidade, o ambiental, econômico e social. Isso incluiria a licitação verde, construções sustentáveis, transporte coletivo que usa fontes renováveis de energia, destinação para os resíduos e diminuição da exclusão



II *Sustentare* – Seminário de Sustentabilidade da PUC-Campinas
V WIPIS – Workshop Internacional de Pesquisa em Indicadores de Sustentabilidade
17 a 19 de novembro de 2020

territorial. Cidades sustentáveis são compactas e densas, possuem altas densidades, boas infraestruturas urbanas e ambientes de maior qualidade de vida (SOUZA; ALBINO, 2018).

As políticas de desenvolvimento urbano devem se preocupar com os espaços coletivos, resgatar as ruas para o lazer da população e resgatar a cidadania e a vida decente das pessoas. A alta desigualdade social do Brasil, com uma péssima distribuição de renda afastam o povo de construir uma cidade e uma sociedade mais justas (OLIVEIRA, 1997). As cidades devem buscar o bem comum da coletividade, soluções aos obstáculos, como poluição, exclusão, lixo, conflitos sociais, econômicos e ambientais (SOUZA; ALBINO, 2018).

É preciso repensar os espaços urbanos para aproximá-los de uma real qualidade de vida dos seus habitantes. As transformações necessárias só serão feitas com uma visão integrada entre a natureza e o homem e o respeito à sustentabilidade. O Brasil possui cidades carentes de equipamentos, infraestrutura básica, saneamento básico e dependência da energia fóssil; algumas outras são muito desenvolvidas, com novas tecnologias de informação (SOUZA; ALBINO, 2018).

O Estatuto da Cidade são diretrizes de política urbana que desenvolvem as funções sociais da cidade para trazer bens coletivos, segurança e bem-estar às pessoas. Deve-se descentralizar as decisões e motivar a participação da população das comunidades para formularem e acompanharem os planos e projetos do desenvolvimento urbano. Esse Estatuto busca controlar a deterioração de áreas urbanas e a degradação ambiental (BRUNA; PHILIPPI, 2016).

O Plano Diretor das cidades busca reequilibrar a ocupação dessas, com moradias próximas às empresas e aos transportes públicos para que aumentem a qualidade de vida da população. Deve-se também colocar comércios e serviços que facilitem a criação de empregos perto das residências. Serviços de saneamento básico e transporte coletivo devem ser oferecidos à população e não basta a criação de políticas públicas, mas essas devem ser implementadas para que tenham resultados sustentáveis (BRUNA; PHILIPPI, 2016). É necessário haver um projeto para que as políticas públicas sejam implementadas e efetivas, trazendo soluções adequadas e eficazes para a população (SOUZA; ALBINO, 2018).



II *Sustentare* – Seminário de Sustentabilidade da PUC-Campinas
V WIPIS – Workshop Internacional de Pesquisa em Indicadores de Sustentabilidade
17 a 19 de novembro de 2020

3. Metodologia

Esta pesquisa se caracteriza como pesquisa documental, pois utiliza dados de sites como o da Prefeitura de Campinas e o do IBGE sobre a cidade de Campinas para avaliar seu desenvolvimento econômico, social e ambiental. Para que ela fosse realizada, esses sites foram utilizados, pois são sites oficiais do governo federal e da prefeitura da cidade e são confiáveis, possuem informações corretas sobre a cidade de Campinas e são documentos indispensáveis para a pesquisa. Desses sites, são tirados dados econômicos, sociais e ambientais sobre a cidade para que se possa chegar a conclusões sobre essa cidade.

Na pesquisa documental, a fonte de dados é a de documentos escritos ou não, que são fontes primárias recolhidas no momento em que algo ocorre ou depois que ocorreu. As pesquisas fazem o levantamento de dados de diversas fontes que trazem conhecimento e background ao campo de interesse, evitam duplicações, sugerem problemas e hipóteses e orientam para outras fontes (LAKATOS; MARCONI, 2012).

A pesquisa documental é parecida com a bibliográfica, porém, utiliza materiais que não foram analisados ou que podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa. Pode-se analisar os documentos de primeira mão (documentos de arquivos, igrejas, sindicatos, instituições) e documentos que já foram processados, como relatórios de empresas e tabelas (GIL, 2008).

4. Resultados

Em consulta ao site da Prefeitura Municipal de Campinas (<http://www.campinas.sp.gov.br/>), pode-se observar que este fornece informações de várias áreas diferentes da cidade, como educação, saúde, desenvolvimento, transporte, trabalho e renda, serviços públicos e outros. A área de Desenvolvimento Econômico, Social e de Turismo é responsável por: formular e planejar a política de desenvolvimento econômico e tecnológico de todos os setores da cidade; estimular a criação e ampliação de empresas; ampliar as relações da cidade com entidades públicas e privadas, sendo essas nacionais ou internacionais; apoiar as empresas com programas, projetos e estudos (PREFEITURA DE CAMPINAS, 2018).



II *Sustentare* – Seminário de Sustentabilidade da PUC-Campinas
V WIPIS – Workshop Internacional de Pesquisa em Indicadores de Sustentabilidade
17 a 19 de novembro de 2020

A cidade tem um Circuito Turístico de Ciência e Tecnologia que traz ciência, tecnologia e inovação para a região e atrai novos investimentos e oportunidades, fazendo com que Campinas seja um pólo científico-tecnológico e um modelo de desenvolvimento para o Brasil. Alguns indicadores socioeconômicos da cidade do primeiro semestre de 2015 mostram que 88% do esgoto da cidade é tratado, 98% da população possui água tratada, sua população é de 1,1 milhão de habitantes, possui 18 instituições de ensino superior, seu IDH é de 0,805 (sendo o quarto melhor do país), é responsável por 1% do PIB do Brasil e possui o 15º maior parque industrial do país (PREFEITURA DE CAMPINAS, 2015).

Quando se compara as economias que mais cresceram nos anos de 2004 a 2012, Campinas conseguiu 8% de crescimento, sendo a oitava cidade do Brasil a crescer mais em termos econômicos (analisando o PIB de todas as cidades do país). Um outro dado importante é o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), pois nesse quesito, a cidade ficou com o quarto maior do país, ficando atrás somente de Brasília, Curitiba e Belo Horizonte (PREFEITURA DE CAMPINAS, 2015).

A cidade responde por 2% de todos os empregos do país; os setores de comércio e serviços foram os que mais cresceram na cidade no período de 2010 a 2014. O número de estabelecimentos (empresas) na cidade no ano de 2013 é: 28 extrativas minerais, 3994 de indústrias de transformação, 36990 de serviços industriais de utilidade pública, 3198 de construção civil, 27254 de comércio, 55 de administração pública, além de alguns outros em outras áreas, totalizando 72287 empresas na cidade (PREFEITURA DE CAMPINAS, 2015).

Em relação ao trabalho e rendimento, o salário médio da cidade é de 3,8 salários mínimos contra R\$ 1200,00 da média nacional; a cidade possui mais de 460.000 pessoas ocupadas (39,4% da população) e apresenta um dado preocupante: 30,2% de sua população ganha até meio salário mínimo, não sendo suficiente para que tenha uma vida digna (IBGE, 2018). Pode-se concluir que o salário médio na cidade é 179% maior que a média nacional, mostrando que a cidade se apresenta mais desenvolvida economicamente que a média do país.

Em relação à educação, a cidade possui uma taxa de escolarização de 6 a 14 anos de 96% (essa é a porcentagem de crianças nessas idades que estão matriculadas na escola, sendo um a taxa semelhante a média nacional, que é de quase 98%). No ensino fundamental, são mais de



II *Sustentare* – Seminário de Sustentabilidade da PUC-Campinas
V WIPIS – Workshop Internacional de Pesquisa em Indicadores de Sustentabilidade
17 a 19 de novembro de 2020

120.000 crianças matriculadas e por volta de 6500 professores; no ensino médio, são mais de 41000 alunos e cerca de 2700 professores. O número de escolas fundamentais na cidade é de 308 escolas (IBGE, 2018). Percebe-se que a cidade possui uma média de um professor para cada 18,5 alunos no ensino fundamental e um professor para cada 14,85 alunos no ensino médio.

Quando se pensa em economia, o PIB per capita anual da população da cidade de Campinas é de R\$ 48.449,65 contra R\$ 31.587,00 do Brasil; seu índice de desenvolvimento humano (IDH) é de 0,805 (quarto maior do país) (IBGE, 2018). Pode-se concluir que o cidadão de Campinas tem um PIB per capita cerca de 54% superior ao do país e apresenta um índice social muito importante, o IDH, entre os maiores do Brasil, mostrando que a cidade, além de ser uma das mais desenvolvidas em termos econômicos, também é uma das melhores em termos sociais, possuindo melhor qualidade de vida para sua população que a grande maioria das cidades do Brasil.

Em relação à saúde, a cidade possui 8,13 óbitos por mil crianças nascidas vivas; o país possui uma média de 12,7 nessa categoria, ou seja, Campinas possui menos óbitos por crianças nascidas vivas que a média nacional. Outro dado importante é que a cidade possui mais de 130 estabelecimentos de saúde do Sistema Único de Saúde (IBGE, 2018). Sobre território e ambiente, Campinas possui um esgotamento sanitário adequado de 90,5% (a média Brasil é de 45%, ou seja, Campinas tem o dobro de esgotamento adequado que o país); a arborização de vias públicas também se apresenta alta, com 87,5% das vias arborizadas; e 55,9% de urbanização das vias públicas (IBGE, 2018).

A cidade de Campinas possui um Departamento do Verde e do Desenvolvimento Sustentável, que é responsável por: planejar e coordenar programas e projetos que melhorem a qualidade ambiental da cidade; promover estudos e padrões de planejamento ambiental; coordenar programas de educação ambiental; e gerenciar o sistema de informações ambientais (PREFEITURA DE CAMPINAS, 2018).

O Plano Municipal de Educação Ambiental da cidade orienta a governança municipal para o desenvolvimento das práticas de educação ambiental. O objetivo é fazer do município um lugar que desenvolva a educação ambiental nos segmentos formais e informais. Esse plano



II *Sustentare* – Seminário de Sustentabilidade da PUC-Campinas
V WIPIS – Workshop Internacional de Pesquisa em Indicadores de Sustentabilidade
17 a 19 de novembro de 2020

é uma ferramenta para a educação ambiental e a população e a governança municipal devem trabalhar juntas para a sustentabilidade (PREFEITURA DE CAMPINAS, 2018).

O Plano Municipal do Verde é um documento com diretrizes e metas para uma gestão eficaz e eficiente das áreas verdes de Campinas; este plano cria ações de conservação e recuperação das áreas verdes para que essas beneficiem a população (PREFEITURA DE CAMPINAS, 2016). A expansão urbana em Campinas privilegiou o carro como transporte e este utiliza combustível fóssil, que impacta a qualidade do ar. Os problemas de mudanças atmosféricas incidem sobre o ecossistema, trazem problemas para a saúde da população, provocam chuva ácida e outros (HOGAN; CARMO, s.d.)

A ocupação de áreas distantes do centro, que anteriormente eram industriais, tem agora usos residenciais, porém, algumas indústrias deixaram passivos ambientais em depósitos irregulares de substâncias contaminantes e essas podem causar doenças às pessoas que vivem nessas áreas e gerar contaminação ambiental (HOGAN; CARMO, s.d.).

Pode-se perceber a partir de todos os dados coletados que a cidade de Campinas possui um desenvolvimento econômico, social e ambiental que pode ser considerado bom. Em 2015, a cidade tinha quase todo seu esgoto e água tratados, um grande número de faculdades e universidades, um dos maiores IDH's do país (índice muito importante para avaliar o desenvolvimento humano dos países e cidades), um PIB considerado alto em comparação com a média nacional e uma indústria forte. Campinas também possui um grande número de empregos (2% de todos os empregos do país) e um salário médio superior à média nacional, uma alta taxa de escolarização (quase todas as crianças estão estudando), um PIB per capita bem acima do nacional (54% maior que o brasileiro) e menos óbitos de crianças quando nascem que o país.

5. Conclusões

Conclui-se que Campinas é uma das cidades mais ricas e desenvolvidas do país em termos econômicos, sociais e ambientais. Quando se pensa em economia, a cidade responde por cerca de 1% do PIB do país, ficando sempre entre os 15 maiores do Brasil, possui 2% dos empregos, o 15º maior parque industrial entre todas as cidades brasileiras, um PIB per capita cerca de 54%



II *Sustentare* – Seminário de Sustentabilidade da PUC-Campinas
V WIPIS – Workshop Internacional de Pesquisa em Indicadores de Sustentabilidade
17 a 19 de novembro de 2020

superior ao do país e é uma das 10 cidades que mais cresceram economicamente nos últimos anos.

Em termos sociais, a cidade possui o quarto maior Índice de Desenvolvimento Humano do país (possuindo um índice alto mesmo quando comparado com outras cidades desenvolvidas de outros países), um salário médio superior a média nacional, 88% de esgoto tratado, 98% da população com água tratada, 18 instituições de ensino superior, 12,1% de aumento de empregos nos últimos anos (de 2010 a 2014), uma taxa de escolarização de 6 a 14 anos de 96%, uma taxa de óbitos por mil crianças nascidas vivas 36% menor que a do país, e o número de unidades do SUS é de 130 na cidade. Porém, 30,2% da população ganha somente meio salário mínimo, o que é muito preocupante para uma cidade desse porte e desenvolvimento, dado que esse salário é insuficiente para uma condição de vida digna para qualquer pessoa do país.

Em termos ambientais, 87,5% das vias são arborizadas e as vias públicas são 55,9% urbanizadas. A cidade possui um Departamento do Verde e do Desenvolvimento Sustentável, mostrando que se preocupa com o meio ambiente e está desenvolvida em relação a grande maioria das cidades do país, que não conta com um departamento como esse. Campinas possui um plano de educação ambiental que desenvolve essas práticas nas escolas, possui indicadores de desenvolvimento sustentável, Unidades de Conservação e um Plano Municipal do Verde, que gerencia de forma eficaz as áreas verdes e as conserva e recupera.

6. Referências bibliográficas

- BRUNA, G. C.; PHILIPPI, A. J. Políticas Públicas e Sustentabilidade no Meio Urbano. IN PHILIPPI, A. J.; FREITAS, V. P.; SPÍNOLA, A. L. S. **Direito Ambiental e Sustentabilidade**. São Paulo, Manole, 2016, p.3-25.
- FOGLIATTI, C.M. FELIPPO, S.; GOUDARD, B. **Avaliação de Impactos Ambientais**: Apliação aos sistemas de transportes. Rio de Janeiro. Editora Interferência, 2004.
- HOGAN, D.J. CARMO, R.L. **Questões ambientais e riscos na Região Metropolitana de Campinas**. Projeto Integrado de Transporte Urbano, Campinas, s.d.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Cidades**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/campinas/panorama>> Acesso em: 01 nov 2018.
- LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. Tradução de Rubens Eduardo Frias, São Paulo: Centauro, 2001.



II *Sustentare* – Seminário de Sustentabilidade da PUC-Campinas
V WIPIS – Workshop Internacional de Pesquisa em Indicadores de Sustentabilidade
17 a 19 de novembro de 2020

MINISTÉRIO DAS CIDADES. **Reabilitação urbana**. 2014. Disponível em: <<http://www.cidades.gov.br/index.php/reabilitacao-de-areas-urbanas-centrais/902-presentacao.html>>. Acesso em 15 Nov 2018.

OLIVEIRA, J.A. A cidade no horizonte do provável: políticas e desenvolvimento urbano. IN SILVA, J.B.; COSTA, M.C.L.; DANTAS, E. W. C. **A cidade e o urbano**. Fortaleza, EUFC, 1997, p. 265 – 271.

OLIVEIRA, M.L. Desenvolvimento sustentável e os municípios: uma análise sob a perspectiva dos objetivos do desenvolvimento sustentável e da lei nº 13.493/17 (PIV - produto interno verde). **Revista de Direito e Sustentabilidade**, v.4, n.1, p.59-76, Salvador, 2018.

PREFEITURA DE CAMPINAS. **Caderno de Subsídios** – Política Municipal de Meio Ambiente. Campinas, 2016.

PREFEITURA DE CAMPINAS. **Indicadores econômicos**. Disponível em: <http://www.campinas.sp.gov.br/governo/desenvolvimento-economico/indicadores_economicos.php> Acesso em: 01 nov 2018.

PREFEITURA DE CAMPINAS. **Relatório de atividades 2016** – Secretaria do Verde, Meio ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: <http://campinas.sp.gov.br/arquivos/meio-ambiente/relat_ativ_2016.pdf> Acesso em: 08 nov. 2018.

PREFEITURA DE CAMPINAS. **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Social e de Turismo**. Disponível em: <<http://www.campinas.sp.gov.br/>> Acesso em: 25 out 2018.

SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, 2006, v.8, n.16, p. 20-45.

SOUZA, M.C.S.A.; ALBINO, P.L. CIDADES SUSTENTÁVEIS: LIMITES E POSSIBILIDADES CONCEITUAIS E REGULATÓRIOS. **Revista de Direito e Sustentabilidade**. Salvador, v.4, n.1, p.95-109, 2018.

SOUZA, M. L. **Mudar a cidade**: Uma Introdução Crítica ao Planejamento e à Gestão Urbanos. Bertrand Brasil, 4. Ed., s.a., p. 136-142.